

A paz, a guerra e outros demônios



Marisol Escobar (Venezuela-US), *The Generals* [Os Generais], 1962.

Saudações do escritório Nuestra América do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**,

Em uma **carta** endereçada a vários líderes e autoridades ao redor do mundo em 23 de junho de 2025, o presidente venezuelano Nicolás Maduro convocou uma “Cúpula pela Paz e Contra a Guerra”, em resposta à ofensiva militar dos Estados Unidos e de Israel na Ásia Ocidental. O líder sul-americano pediu para que organizações do Sul Global, como o Movimento dos Países Não-Alinhados, a Liga dos Estados Árabes, a Organização para a Cooperação Islâmica, o Conselho de Cooperação do Golfo, a União Africana, o Brics e a Celac, com o apoio crucial da China e da Rússia, assumissem a liderança na busca por um cessar-fogo imediato e abrangente em toda a região, sob a égide do direito internacional.

Alertando para o perigo de uma escalada nuclear, Maduro também pediu a criação de uma “Zona Livre de Armas Nucleares da Ásia Ocidental”, para a qual o Conselho de Segurança das Nações Unidas deve garantir a desnuclearização de Israel. Esse pedido é precedido pela resolução apresentada pela primeira vez em 1974 pelo Irã, com o apoio do Egito, para o “estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio”, que foi aprovada e que tem sido um tema **recorrente de trabalho** na organização multilateral.

Como demonstração de apoio a essa iniciativa, cerca de 600 delegados de aproximadamente 80 países se reuniram em Caracas no último dia 25 de julho, demonstrando que a diplomacia da paz deve estar na agenda dos povos do Sul Global e não apenas das Nações Unidas. A Coordenação Política dos Movimentos da ALBA **esteve presente em Caracas** e identificou a urgência de reconhecer que a disputa subjacente é “um conflito entre as ideias de libertação e as ideias de dominação”. Aliás, vale ressaltar que em maio de 2026, quando se celebra o centenário do nascimento do Comandante Fidel Castro, será realizada a **IV Assembleia Continental** dos Movimentos da ALBA, com o objetivo de consolidar uma agenda comum de luta contra o imperialismo e sua agenda belicista, baseada em um “clima de esperança e mística revolucionária”.



Candido Portinari (Brasil), *Paz*, 1952-1956. Painel a óleo/madeira compensada, 1400 x 953 cm.

A busca pela paz

O clamor pela paz em Nuestra América não vem de agora, e surgiu em resposta ao episódio de violência mais feroz já registrado na história. Em *As Veias Abertas da América Latina*, Eduardo Galeano, citando o sociólogo

brasileiro Darcy Ribeiro, aponta que, dos 70 milhões de habitantes originais das Américas na época do primeiro contato com os invasores europeus, apenas cerca de 3,5 milhões sobreviveram um século e meio depois. Além disso, as Nações Unidas apontam que, por mais de 400 anos, **15 milhões de pessoas** foram vítimas do tráfico transatlântico de escravos. É por isso que Simón Bolívar, que liderou o processo de libertação nacional do colonialismo espanhol, denunciou em sua Carta da Jamaica “barbaridades que a época atual rejeitou como fabulosas, porque parecem estar além da perversidade humana; e jamais seriam acreditadas pela crítica moderna se documentos constantes e repetidos não testemunhassem essas verdades lamentáveis”. O mesmo poderia ser **escrito hoje sobre a Palestina**, onde a magnitude da violência transcende a capacidade da imaginação e da razão.

Em junho de 2026, completam-se 200 anos do Congresso Anfictiônico do Panamá, um dos primeiros esforços de unidade continental e multilateralismo **defendidos por Bolívar**, que aspirava por um espaço de igualdade jurídica entre os Estados, em que “nenhum seria fraco em relação ao outro: nenhum seria mais forte” e “um equilíbrio perfeito seria estabelecido nesta ordem de coisas”. **O Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua entre as Repúblicas da Colômbia, América Central, Peru e Estados Unidos Mexicanos**, de 15 de julho de 1826, previa “manter em comum, defensiva e ofensivamente, se necessário, a soberania e a independência de todas e cada uma das potências confederadas na América contra toda dominação estrangeira e assegurar, desde agora e para sempre, as alegrias e uma paz inalterável”.

A paz, no sentido bolivariano, deve ser abrangente e sustentável ao longo do tempo. Por isso, é uma paz que, à luz dos nossos tempos, não pode ser construída de costas para o povo. É uma paz que deve necessariamente ser acompanhada de justiça social e de garantias para que as causas da guerra não reapareçam. Como a descreve **Ytalo Américo Silva**, “esta é a ‘Paz Imutável do Libertador Simón Bolívar’, capaz de ‘destruir para sempre as causas do ódio, da discórdia e da dissolução’; uma paz que ele refletiu sobre quantas vezes tentou materializar na Colômbia”. Por isso, a carta do Presidente Maduro insiste que a paz na Ásia Ocidental deve resolver definitivamente o conflito pela Palestina, com pleno reconhecimento do seu Estado, com capital em Jerusalém Oriental e o direito de retorno dos refugiados.



Candido Portinari (Brasil), *Guerra*, 1952-1956. Painel a óleo/madeira compensada, 1400 x 1058 cm.

A guerra

Em 2025, completam-se 80 anos da vitória militar sobre o fascismo, mas isso não significa que a ideologia fascista tenha desaparecido. A Guerra de Resistência à Agressão Japonesa, travada pela China, e a Grande

Guerra Patriótica, travada pelo Exército Vermelho, permanecem testemunhos vivos de que confrontar o fascismo implica enormes sacrifícios e que a derrota militar sofrida no século XX não garante que nossos povos não possam ser novamente ameaçados por ideologias extremistas que combine a predação capitalista com seu violento projeto ideológico. No **nosso dossiê 79**, refletimos sobre o avanço do projeto neofascista e seus desafios para nossa região.

A Nova Guerra Fria com que o hiperimperialismo hoje ameaça a China, a impossibilidade – até o momento – de se chegar a um acordo de paz na Ucrânia e o agravamento do genocídio em Gaza demonstram as limitações do multilateralismo, cada vez mais ameaçado por uma suposta “ordem baseada em regras” que busca substituir os princípios da Carta das Nações Unidas por regras ditadas e impostas conforme a conveniência dos interesses de um projeto que busca monopolizar o uso da força militar e o desenvolvimento tecnológico, fragmentar as lutas populares, saquear os bens comuns da natureza e manter a humanidade à beira da guerra nuclear.

Os princípios nascidos no Sul Global, em espaços de unidade e cooperação como a **Conferência de Bandung** ou a Conferência Tricontinental de Havana, nos convocam a defender vigorosamente, a partir da base, uma paz ancorada em bases sólidas de soberania nacional, desenvolvimento sustentável e justiça social. Os encontros entre os povos da Ásia, América Latina e Caribe e África devem ser retomados com maior vigor para a construção de uma nova ordem internacional onde haja espaço para uma paz inabalável.

O trabalho de organizações como o **Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas**, fiéis aos princípios fundadores da ONU e contrários à arbitrariedade do unilateralismo, nos lembra que devemos olhar no espelho da dolorosa história do século XX e colher dos frutos da vitória sobre o fascismo os elementos que nos permitirão superar uma trágica reprise da Guerra Fria.



Beatriz González (Colombia), *Señor presidente, qué honor estar con usted en este momento histórico* [Senhor Presidente, que honra estar com o senhor neste momento histórico], 1987.

Os outros demônios

No mesmo dia em que a Cúpula dos Povos pela Paz e Contra a Guerra foi realizada em Caracas, o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos declarou o presidente Nicolás Maduro chefe de um suposto cartel de drogas conhecido como *Cartel de los Soles*, que também foi declarado uma organização terrorista. O Departamento de Justiça aumentou a recompensa pela captura do presidente venezuelano para **US\$ 50 milhões**, e um artigo do **New York Times** de 8 de agosto de 2025 afirma que o presidente Donald Trump

assinou uma diretiva ao Pentágono para o uso de força militar contra certos cartéis de drogas latino-americanos considerados terroristas.

Dessa forma, o apelo bolivariano pela paz na Ásia Ocidental foi recebido com uma nova ofensiva na mal chamada Guerra às Drogas, que vem sendo implementada progressivamente desde o governo Nixon como justificativa para o intervencionismo imperialista contra Nuestra América. A Guerra às Drogas, na prática, tem sido um instrumento militar e legal usado para promover os objetivos da política externa dos EUA e até mesmo para eliminar obstáculos que são contrários aos seus interesses.

Em julho, o governo venezuelano também anunciou que, juntamente com o governo colombiano, criaria uma **Zona Econômica Binacional** para integração comercial, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento social e cooperação entre os dois países. Isso incluirá setores como indústria, gás, petróleo, eletricidade, turismo e transporte. Em termos de segurança, esse progresso fortalece a cooperação entre a Colômbia e a Venezuela para combater o narcotráfico sem a necessidade de mediação dos EUA. A esse respeito, o presidente colombiano Gustavo Petro **declarou em suas redes sociais**: “Recebi o apoio de Maduro e do General Padrino para derrotar os grupos de narcotraficantes na fronteira daquele país”. Enquanto isso, Claudia Sheinbaum, presidenta do México, país que Trump tem repetidamente ameaçado com intervenções militares contra o narcotráfico, **rejeitou as tentativas** de vincular o presidente Maduro ao narcotráfico mexicano: “Se eles tiverem alguma evidência, podem apresentá-la, mas nós não temos evidências relacionadas a esses laços”.

Até o momento, em 2025, a Venezuela **apreendeu mais de 50 mil quilos de drogas**, e as autoridades locais indicaram que estas apreensões aumentaram significativamente após a expulsão da Administração de Repressão às Drogas (DEA) dos EUA. Motivação política, e não o tráfico de drogas, parece ser, mais uma vez, o principal fator por trás dessa crescente perseguição ao governo venezuelano.

Recentemente, em conjunto com o Observatório Lawfare, publicamos o segundo livreto da série ***Viciados em Imperialismo***, que retrata o papel que o problema das drogas desempenhou na política externa dos EUA e o impacto político, social e econômico do Plano Colômbia. A paz que está sendo imposta nesta guerra é a paz da exploração, da opressão, da apropriação de recursos naturais e do deslocamento territorial. É uma paz aparente que só acabará reproduzindo os motores da guerra, da exploração e da morte.

A paz está associada a todos os elementos da reprodução material da vida. A guerra, consequentemente, está associada a todas as ameaças contra ela. Não é por acaso que o Pentágono é o principal poluidor do planeta. Em um planeta em crise ambiental, uma catástrofe climática, como uma enchente ou uma seca prolongada, também coloca a paz em risco. Os povos da Nuestra América e de todo o Sul Global têm o direito de construir a paz necessária para salvar a vida no planeta. A maneira de exercer esse direito é por meio da organização popular.

Em meio à escalada, a Venezuela realizou sua **sétima eleição nacional em um ano** e, em 27 de julho, foram apresentados 37 mil projetos comunitários promovidos pela juventude do país. A chave para capacitar as novas gerações do Sul Global a construir um futuro que transcenda a lógica do capitalismo e reafirme valores humanísticos para transformar a sociedade está na liderança da juventude. Não será por meio da guerra, mas por meio de uma paz sustentada pela justiça e pela solidariedade, que poderemos garantir o futuro.

Em *O Despertar da História*, o cantor Alí Primera levantou a questão e nos deu a solução:

Qual é a luta dos homens para alcançar a paz?
E que paz, se eles querem deixar o mundo como está?
Ajude-o, ajude-o, deixe-o ser humano, humanidade.

Um grande abraço a todos e todas,

Carlos Ron, Carmen Navas y Guillermo Barreto

PS // As inscrições para o programa de diploma virtual *Futuro, Presente e Passado do Sul Global: Perspectivas Tricontinentais* ocorrem até 29 de setembro. A atividade é uma parceria com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). **Conheça a equipe docente e todo o conteúdo que abordaremos aqui.**



Carlos Ron

Carlos Ron é um ex-diplomata venezuelano que foi vice-ministro para a América do Norte (2018–2025) e presidente do Instituto Simón Bolívar para a Paz e a Solidariedade entre os Povos (2020–2025). Carlos é formado em Estudos Latinoamericanos e especialista em Relações Internacionais.



Carmen Navas

Carmen Navas é uma feminista e ex-diplomata venezuelana. Seus interesses de pesquisa incluem democracia e sistemas políticos, movimentos sociais e história da diáspora africana.



Guillermo Barreto

Guillermo Barreto é biólogo formado pela Universidade de Oxford e professor aposentado especializado em conservação e gestão da diversidade biológica. Suas áreas de interesse incluem reparações pela escravidão e colonização, a questão ambiental, o ecossocialismo e a crise civilizatória.